

**ATA N.º 2/2026**

**SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2026**

-----Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, nesta vila de Alvaiázere, no Auditório Fernando Lopes da Casa Municipal da Cultura, pelas dezoito horas e vinte minutos, reuniu-se ordinariamente a Assembleia Municipal, tendo comparecido os Senhores Membros eleitos: Carlos Manuel Rosa da Graça (Partido Social Democrata), António Simões Ribeiro (Partido Social Democrata), Sandrina Marques Pais Pedrosa (Partido Social Democrata), Fábio Manuel Pachon David (Partido Social Democrata), Aníbal da Cruz Costa (Partido Social Democrata), Maria Fernanda Ferreira Tiago Gomes (Partido Social Democrata), Ricardo de Carvalho Joaquim (Partido Social Democrata), Sofia Lopes Bastos (CHEGA), António José Marques Furtado (Partido Social Democrata), Maria da Conceição Gonçalves Santos (Partido Social Democrata), João Luís Brás Lopes (Partido Social Democrata), João Paulo dos Santos Marques (Partido Social Democrata), os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Almoester, David Marques do Carmo (Partido Social Democrata), Alvaiázere, Carlos Manuel Neves Pinto Morais Trindade (Partido Social Democrata), Maçãs de D. Maria, Eduardo Laranjeira Craveiro (Partido Social Democrata), Pelmá, Edgar Filipe Simões Duarte (Partido Social Democrata) e Pussos São Pedro, Paulo Sá Oliveira (Partido Social Democrata), e, ainda, o Senhor João Agostinho Grácio Pedro dos Santos, em substituição do Membro da Assembleia, Fernando Manuel Jesus Simões (Partido Socialista), bem como, o Senhor Alberto Gonçalves, em substituição do Membro da Assembleia, Maria de Lurdes Marques Saraiva Simões (Partido Socialista).-----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pelmá, Edgar Filipe Simões Duarte (Partido Social Democrata), chegou mais tarde, tendo participando a partir do ponto 7 do Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----Não compareceram à sessão da Assembleia Municipal a Senhora Deputada Maria de Lurdes Marques Saraiva Simões (Partido Socialista) e o Senhor Deputado Fernando Manuel Jesus Simões (Partido Socialista), tendo os mesmos, apresentado justificação e solicitado substituição ao abrigo dos artigos 17.º a 19.º do Regimento da Assembleia Municipal (RAM), conjugados com os artigos 78.º e 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação. A Assembleia Municipal considerou as faltas como justificadas. Em suas substituições, compareceram respetivamente, os Senhores Alberto Gonçalves e João Agostinho Grácio Pedro dos Santos.-----



-----Também não compareceu à sessão da Assembleia Municipal o Senhor Deputado Luís Manuel Dinis Teixeira (Partido Socialista), tendo apresentado justificação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal (RAM), não tendo, no entanto, solicitado a respetiva substituição. -----

-----Todas as substituições foram atendidas em face do legalmente estipulado e vertido no Regimento em vigor. -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria, Eduardo Laranjeira Craveiro (Partido Social Democrata), esteve ausente a partir do ponto 2 do Período da Ordem do Dia, não participando na discussão e votação desse ponto. -----

-----Do Executivo Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal João Paulo Carvalho Guerreiro e os Senhores Vereadores Ana Catarina Vaz Pinheiro de Furtado Faria, Ricardo José Farinha Rosa, Francisco Agostinho Maria Gomes e Flávio Gabriel da Silva Craveiro. -

-----O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, declarou aberta a sessão, começando por cumprimentar todos os presentes, passando a palavra à Senhora Primeira Secretária que cumprimentou os Membros da Assembleia e efetuou a chamada. -----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa, informou que o Múncipe João Mendes dos Santos Brás, tinha-se inscrito para intervir na sessão, ao abrigo do disposto no artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, conjugado com o artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, e que essa intervenção ocorreria no ponto 7 - "Outros Assuntos" - Período Antes da Ordem do Dia. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, prosseguiu dando início à ordem de trabalhos. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

**Ponto 1 - Discussão e votação da ata N.º 7 da Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2025 e ata N.º 1 da Sessão Extraordinária de 12 de janeiro de 2026** -----

-----O Senhor Presidente da Mesa colocou à discussão a ata n.º 7/2025, da sessão ordinária de 15 de dezembro de 2025, prescindindo-se da respetiva leitura por ter sido previamente remetida aos Senhores Deputados, solicitando que se inscrevessem caso pretendessem usar da palavra, não tendo, no entanto, havido qualquer inscrição. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou a ata n.º 7/2025 a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, a qual foi assinada, depois de se ter verificado a sua conformidade com a respetiva minuta. -----

-----Conforme disposto no n.º 3 do artigo 34.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro de 2015, na sua atual redação, a Senhora Deputada Sandrina Marques Pais Pedrosa (Partido Social Democrata), assim como, o Senhor João Agostinho Grácio Pedro dos Santos (Partido Socialista) e o Senhor Alberto Gonçalves (Partido Socialista) não participaram na aprovação da ata, uma vez que não estiveram presentes na respetiva sessão. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa prosseguiu, colocando à discussão a ata n.º 1/2026, da sessão extraordinária de 12 de janeiro de 2026, prescindindo-se da respetiva leitura por ter sido

previamente remetida aos Senhores Deputados, solicitando que se inscrevessem caso pretendessem usar da palavra, não tendo, no entanto, havido qualquer inscrição. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou a ata n.º 1/2026 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, a qual foi assinada depois de se ter verificado a sua conformidade com a respetiva minuta. -----

-----Conforme disposto no n.º 3 do artigo 34.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro de 2015, na sua atual redação, o Senhor João Agostinho Grácio Pedro dos Santos (Partido Socialista) e o Senhor Alberto Gonçalves (Partido Socialista) não participaram na aprovação da ata, uma vez que não estiveram presentes na respetiva sessão. -----

### **Ponto 2 - Relatório e Contas 2024 – ADXTUR**-----

----- Foi presente, na sessão, o Relatório e Contas 2024 - ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2, do artigo 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, documentos remetidos previamente aos Senhores Deputados. O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum Senhor Deputado pretendia usar da palavra relativamente a este ponto, não tendo havido intervenções. -----

-----A Assembleia tomou conhecimento do Relatório e Contas, relativo ao ano de 2024, da ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto. -----

-----O Relatório e Contas 2024 – ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, dá-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcrito na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma uma fotocópia do documento, rubricado pelos Membros da Mesa desta Assembleia Municipal. -----

### **Ponto 3 - Declarações emitidas nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação (LCPA)**-----

-----Foi presente, na sessão, a informação n.º 885 do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre as declarações emitidas, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), na sua atual redação, relativas ao ano de 2025, sendo submetidos, por força do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da LCPA, na sua atual redação, para apreciação pela Assembleia Municipal os seguintes documentos: -----

- Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2025; -----
- Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2025; -----
- Declaração de controlo de execução dos compromissos transitados por pagar em 31/12/2025; -----
- Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2025. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum Senhor Deputado pretendia usar da palavra relativamente a este ponto, não tendo havido intervenções. -----

-----A Assembleia tomou conhecimento das declarações emitidas, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação (LCPA), relativas ao ano de 2025. -----



----- A informação n.º 885 do Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante documentação, dá-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcrita na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma uma fotocópia do documento rubricado pelos Membros da Mesa desta Assembleia Municipal. -----

**Ponto 4 - Alienação de Participação na RECILIS – Tratamento e Valorização de Efluentes, S. A.** -----

----- Foi presente, na sessão, o documento particular de transmissão de ações da RECILIS, relativo à alienação da totalidade das ações representativas do capital social da sociedade RECILIS – Tratamento e Valorização de Efluentes, S.A., cujo contrato de transmissão foi celebrado a 17 de junho de 2025, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, documento previamente remetido aos Senhores Deputados. O Senhor Presidente da Mesa, questionou se algum Senhor Deputado pretendia usar da palavra relativamente a este ponto, não tendo havido intervenções. -----

-----A Assembleia tomou conhecimento do documento particular de transmissão de ações da RECILIS, relativo à alienação da totalidade das ações representativas do capital social da sociedade RECILIS – Tratamento e Valorização de Efluentes, S.A. -----

-----O documento particular de transmissão de ações da RECILIS, relativo à alienação da totalidade das ações representativas do capital social da sociedade RECILIS – Tratamento e Valorização de Efluentes, S.A. dá-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcrito na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma uma fotocópia do documento, rubricado pelos Membros da Mesa desta Assembleia Municipal. -----

**Ponto 5 – Dever de comunicação à IGF – Autoridade de auditoria das subvenções públicas concedidas em 2024 - artigo 5.º da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto**-----

-----O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, informou que por lapso, no Edital constava o ano 2024, mas que se tratava do ano 2025. Seguidamente, apresentou o ponto sobre a listagem de subvenções concedidas em 2025 para comunicação à IGF, nos termos da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, na sua atual redação, documentação previamente remetida aos Senhores Deputados. O Senhor Presidente da Mesa, questionou se algum Senhor Deputado pretendia usar da palavra relativamente a este ponto, não tendo, no entanto, havido qualquer intervenção. ----

-----A Assembleia tomou conhecimento da informação e da listagem de subvenções concedidas em 2025, para posterior comunicação à IGF.-----

----- A informação n.º 1711 e a listagem de subvenções concedidas em 2025 para comunicação à IGF, dão-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcritas na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma uma fotocópia do documento rubricado pelos Membros da Mesa desta Assembleia Municipal.-----

**Ponto 6 - Apresentação de expediente** -----

-----O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra à Senhora Primeira Secretária para dar a conhecer a correspondência recebida. -----



-----A Senhora Primeira Secretária informou da receção de dois exemplares do jornal "Voz das Misericórdias", correspondentes aos meses de janeiro e de fevereiro de dois mil e vinte e seis, referindo estarem os mesmos disponíveis para consulta. -----

-----Nada mais havendo a tratar ou a apresentar, passou-se ao ponto seguinte. -----

-----Passou-se à discussão do próximo ponto, já com a presença do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pelmá, Edgar Filipe Simões Duarte (Partido Social Democrata), a fim de participar nos pontos seguintes da ordem de trabalhos. -----

**Ponto 7 – Outros Assuntos**-----

-----Foi presente, na sessão, uma carta de agradecimento, remetida por parte dos familiares do falecido José Marques Grácio, a qual foi lida e cujo teor se transcreve: -----

"*Ex.mos Senhores* -----

*Presidente da Câmara* -----

*Presidente da Assembleia Municipal de Alvaiázere*-----

*Ex.mos Senhores presidentes:* -----

*A família enlutada de José Marques Grácio, cujo decesso ocorreu na madrugada do dia 28-11-2024, vem, decorrido este tempo e por esta via, com o peso da dor igual há um ano, manifestar, sensibilizada, o seu mais profundo agradecimento:* -----

*- A Vª Exª Sr. Presidente da Camara e Srs. Vereadores por em sua memória e homenagem, o Município de Alvaiázere ter proferido a expressão pública de pesar com apresentação de condolências e determinado Luto Municipal, nos dias 28 e 29 de novembro de 2024, com o hastear da bandeira a meia haste;* -----

*- A Vª Exª Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Grupo Municipal do PSD e Senhores Deputados, pela Nota de Pesar composta pela tríade de voto de pesar, minuto de silêncio e envio formal de condolências.* -----

*Foi com uma comoção profunda que recebemos as respetivas manifestações de pesar e que anotamos o reconhecimento e respeito manifestado pelo legado de vida de José Marques Grácio, enquanto filho de Alvaiázere e impulsionador deste território e das suas gentes, assim ficando indelével "inscrito na história da nossa terra", para memória futura.*-----

*Aceitem, Vossas Excelências, a nossa humilde vénia em sinal de agradecimento muito sentido e subida consideração.*-----

*Cabaços, 28 de novembro de 2025."*-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa questionou se algum Senhor Deputado pretendia inscrever-se nesse ponto da ordem de trabalhos, inscrevendo-se o Senhor Alberto Gonçalves, a quem foi concedida a palavra. -----

-----O Senhor Alberto Gonçalves, no uso da palavra, começou por cumprimentar o Senhor Presidente, Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, e todas as pessoas ali presentes. De seguida, apresentou uma "Declaração Política" em nome do Partido Socialista, a qual foi lida e se transcreve na íntegra na presente ata: -----



*"Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, considerando a realização das eleições Presidenciais, do passado dia 8 e os resultados que a candidatura de António José Seguro obteve neste Conselho, vêm através desta declaração política congratular-se com a eleição do mesmo, para Presidente da República de Portugal." -----*

-----De seguida, foi solicitada a palavra por o Senhor Deputado Fábio Manuel Pachon David, a qual lhe foi concedida. No uso da palavra, o Senhor Deputado começou por cumprimentar o Executivo Municipal, a Mesa da Assembleia e demais presentes. Seguidamente, manifestou a sua solidariedade para com todos os presentes e, na pessoa destes, simbolicamente, para com toda a Comunidade Alvaiazerense. Estendeu igualmente essa solidariedade à Comunidade da região Centro e a todos aqueles que, de alguma forma, foram afetados e viram as suas vidas profundamente prejudicadas pelos acontecimentos do passado dia vinte e oito de janeiro, cujas consequências ainda se faziam sentir! Salientou a importância do trabalho que tinha sido realizado e aquele que a comunidade continuava a desenvolver. Destacou, em particular, o trabalho levado a cabo pela Autarquia, pelas Juntas de Freguesia e por diversos grupos, formais e informais, que se uniram em torno de um objetivo comum: minimizar os estragos provocados pela força da natureza. Sublinhou que esses acontecimentos tinham exposto, de forma clara, algumas fragilidades e vulnerabilidades, que talvez já fossem sentidas por alguns, colocando à prova, de maneira severa e inesperada, a capacidade de resiliência da comunidade. Acrescentou que, todos tinham sido confrontados com a ausência de bens, considerados essenciais no quotidiano, como a eletricidade e a água, o que evidenciou a dependência dessas estruturas. Considerou ser justo reconhecer o imenso trabalho realizado em tão pouco tempo e em circunstâncias extremamente difíceis. Salientou que, quem tinha estado no terreno, quem se tinha envolvido diretamente ou presenciado os esforços desenvolvidos, tinha plena noção daquilo que tinha sido feito. Recordou ainda que, embora muitas vezes se exijam respostas imediatas às Autarquias, não nos podíamos esquecer que, por detrás dos cargos, estavam pessoas que, em muitos casos, também enfrentavam situações pessoais difíceis, mas que, ainda assim, tinham assumido plenamente as suas responsabilidades, liderando e coordenando o trabalho naqueles dias e semanas seguintes. Agradeceu às Instituições, Grupos e Autarquias, que se deslocaram a Alvaizere ou que, de outras formas, manifestaram a sua solidariedade. Referiu que, o número de entidades mobilizadas revelava um espírito solidário digno de reconhecimento e gratidão. De seguida, deixou uma mensagem de agradecimento, mas também de esperança, afirmando que havia consciência de que nem tudo estava concluído. Ainda haveria muito por fazer e muitas pessoas a apoiar durante bastante tempo. Dizendo que a situação não tinha ficado resolvida nos dias imediatos aos acontecimentos e que, embora o tema pudesse deixar de estar na agenda mediática nacional, os desafios continuariam presentes no terreno. Concluiu com um apelo aos Senhores Presidentes de Junta e à Autarquia, demonstrando confiança de que seria acolhido, no sentido de manterem um apoio contínuo e consistente, provavelmente por um período prolongado, até que as pessoas conseguissem restabelecer-se, com dignidade e em boas condições, às suas vidas, tal como eram antes da catástrofe.-----



-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro, inscreveu-se e sendo-lhe concedida a palavra, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. De seguida, referiu que o Senhor Alberto Gonçalves havia mencionado as eleições presidenciais, reconhecendo tratar-se de uma pessoa digna e merecedora de respeito. No entanto, considerou que tinham sido esquecidas as pessoas! Questionou quem tinha efetivamente ajudado as Freguesias e o Concelho desde que tinha ocorrido a catástrofe do passado dia vinte e oito? Após o sucedido, a prioridade do Senhor Alberto Gonçalves deveria ter sido pensar, em primeiro lugar, nas pessoas que vivem no Concelho. Afirmou que existiam Municípios a viver em condições precárias, chegando a classificá-las como miseráveis, acrescentando que possuía fotografias que comprovavam essa realidade. Dirigindo-se a um Senhor Vereador ali presente, pediu que evitasse demonstrar sarcasmo, afirmando que tinha conhecimento das situações a que se referia. Reforçou que havia pessoas a viver lamentavelmente na Freguesia, em condições que considerava indignas, defendendo que era essa a principal preocupação que deveria mobilizar os Membros da Assembleia. Concluiu, afirmando que era apenas essa a mensagem que pretendia deixar, pedindo desculpa pela sua intervenção, mas questionando se não estariam todos a desvalorizar o essencial, admitindo, com tom crítico, que poderia ser ele a estar errado ou deslocado naquela sala. -----

-----O Senhor Alberto Gonçalves, solicitou a palavra, a qual lhe foi concedida e no uso da mesma, manifestou o seu lamento pelas declarações proferidas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro, considerando que os assuntos em causa não estavam relacionados entre si. De seguida, acrescentou que o Presidente da República recém-eleito, seria o mais alto magistrado da nação e que, por esse motivo, entendia que lhe era devido o devido respeito.-----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro, voltou a solicitar a palavra, a qual lhe foi concedida. No uso da palavra, referiu que o antigo Presidente da Assembleia da República deveria ter adiado o processo eleitoral no Concelho de Alvaiaçere e nas restantes zonas afetadas, defendendo que, no seu entender, não deveria ter sido realizado, pelo menos, de imediato o ato eleitoral. Foi feito um enorme esforço, por parte das Juntas de Freguesia e da Autarquia, para que as eleições pudessem decorrer, referindo que, após duas semanas de trabalho intenso, de dia e de noite, ainda houve necessidade de garantir toda a organização necessária para a sua realização. De seguida, defendeu que a prioridade dos Senhores Deputados deveria ser colocar o Concelho de Alvaiaçere, os Alvaiazerenses, em primeiro lugar, sublinhando que os eleitos foram escolhidos para representar e defender os interesses do Concelho e das suas populações. Dirigindo-se diretamente ao Senhor Alberto Gonçalves, reiterou que este deveria defender as pessoas do Concelho de Alvaiaçere, antes de mais nada, principalmente depois de uma catástrofe que tinha afetado 95% do nosso território.

-----O Senhor Alberto Gonçalves, solicitou a palavra, a qual lhe foi concedida e no uso da mesma, esclareceu que não pretendia entrar em diálogo, mas referiu que estava a ser ofendido. Mencionou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro, não podia saber



se ele pretendia ou não ainda abordar aquele assunto, frisando novamente, que se sentia ofendido pelas palavras que lhe tinham sido dirigidas. -----

-----Gerou discurso entre os Senhores Deputados, pelo que, o Senhor Presidente da Mesa interveio, referindo que continuava a ser ele o Presidente da Assembleia e, por isso, o responsável por dirigir os trabalhos, questionando se o respeitavam? Caso não o fizessem, retirar-se-ia.-----

-----O Senhor Alberto Gonçalves solicitou de novo a palavra, a qual lhe foi concedida e no uso da mesma, referiu que respeitava o Senhor Presidente, mas afirmou que se sentia desrespeitado.

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa afirmou que o Senhor Alberto Gonçalves teve a palavra, expressou o que entendeu e apresentou um louvor ao Senhor Presidente da República eleito e que todos deveriam aceitar a sua posição. Referiu igualmente que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro, tinha o direito de fazer o seu reparo, sendo assim em democracia, e declarou a questão como encerrada. Salientou que, cada um tinha assumido a sua posição e que a palavra não tinha sido retirada a nenhum dos dois. No entanto, não poderia autorizar diálogos entre os Senhores Deputados, sem a devida autorização, por considerar que tal colocaria em causa o regular funcionamento democrático dos trabalhos. Referindo que num Estado de direito, existiam direitos e deveres iguais para todos, sublinhando que, o direito de usar da palavra implicava igualmente responsabilidades. Concluiu referindo que as posições de ambos estavam devidamente esclarecidas, que cada um pensava livremente, como não podia deixar de ser, num país livre e declarou o ponto da discussão encerrado para os dois. Por fim, questionou se mais algum Senhor Deputado pretendia intervir no referido ponto.-----

-----O Senhor Alberto Gonçalves, no uso da palavra, questionou se podia concluir a sua intervenção, caso lhe fosse concedida autorização para o efeito.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, concedeu a devida autorização, informando o Senhor Alberto Gonçalves de que dispunha de apenas um minuto para o efeito. -----

-----No uso da palavra, o Senhor Alberto Gonçalves, afirmou que era menos de um minuto, e disse que queria acentuar o esforço que o Município e as Autarquias tinham feito para debelar a "guerra" que, caiu sobre todos, salientando que não tinha havido ninguém que não tivesse sido prejudicado pela tempestade Kristin. Louvou a atuação da Autarquia, dos Autarcas, da Proteção Civil, dos Bombeiros e de todas as pessoas anónimas que tinham prestado ajuda, deixando a todos o seu agradecimento. Referiu também que pretendia ter dito aquelas palavras no início, mas que, tinha acontecido aquele diferendo, contudo, considerou que o assunto já estava ultrapassado, aagradecendo ter a oportunidade de concluir a sua intervenção. -----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, passou ao momento de intervenção do público, concedendo a palavra ao Município João Mendes dos Santos Brás, para apresentação e exposição do assunto previamente comunicado à Mesa, intitulado "Tempestade Kristin, ocorrida no passado dia 28 de janeiro de 2026", informando-o que dispunha de quatro minutos para a respetiva intervenção. -----

----- No uso da palavra, o Município João Mendes dos Santos Brás, começou por cumprimentar todos os presentes e referiu que pretendia colocar duas questões ao Senhor Presidente da



Câmara. Explicou que a sua casa se encontrava completamente destruída e que, por esse motivo, tinha tido necessidade de ficar alojado numa unidade hoteleira do Concelho. Relatou que, ao dirigir-se novamente ao local, tinha questionado à responsável, sobre a eventual existência de um acordo, segundo o qual o Turismo de Portugal asseguraria o pagamento do alojamento dos Fregueses afetados, mas que a mesma lhe tinha dito que não tinha qualquer conhecimento dessa situação. Considerou que seria de bom tom que o Município informasse ou articulasse com as unidades hoteleiras nesse sentido. Reconheceu o esforço feito com o alojamento das pessoas no Pavilhão Desportivo de Alvaiaçere, mas salientou que a privacidade era importante e perguntou se o Senhor Presidente tencionava intervir junto do hoteleiro, relativamente a essa matéria? Colocou, uma segunda questão relacionada com a reposição de energia elétrica na Rua Nossa Senhora da Saúde, em Maçãs de D. Maria, referindo que já havia questionado a um Senhor Vereador e que não tinha obtido resposta. E que, até ao momento, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria não se tinha deslocado ao local, para averiguar as necessidades dos Fregueses, o que considerava desagradável. Referiu ainda que, embora fosse iniciar as obras de recuperação da sua habitação, estando salvaguardado por seguro, existiam situações preocupantes, nomeadamente a de familiares que possuíam segundas habitações herdadas e que, segundo o que lhe parecia, não teriam acesso aos apoios anunciados pelo Senhor Primeiro-Ministro, ao montante até dez mil euros. Manifestou receio de que, nessas condições, o Concelho viesse a transformar-se num conjunto de ruínas, uma vez que, muitas casas poderiam não ser recuperadas, situação que também afetaria emigrantes, com habitações no Concelho. Questionou, por isso, se o Município tinha algum plano, para salvaguardar os interesses dessas pessoas? Sublinhou igualmente que 62,9% da população era idosa e que, não havendo luz, nem acesso a meios digitais, seria difícil essas pessoas formalizarem pedidos de apoio, perguntando se estava prevista a criação de alguma comissão ou mecanismo de apoio específico para os idosos na recuperação das suas habitações? Mencionou ainda o caso de um imóvel doado à Casa do Povo de Maçãs de D. Maria, atualmente, parcialmente destruído, questionando se a Autarquia tencionava intervir na sua recuperação, tanto mais que, estava prevista a abertura de uma unidade de cuidados continuados na Freguesia, a qual necessitaria de um número significativo de trabalhadores. Salientou a escassez de habitação disponível entre Pombal e Figueiró dos Vinhos e considerou que a recuperação de casas devolutas poderia constituir uma mais-valia para a Freguesia e para o Concelho, fixando população e dinamizando a economia local. Concluiu afirmando que perder uma casa era como perder uma vida e que muitas pessoas poderiam não resistir ao desgosto de ver o seu património destruído. Garantiu, contudo, que não deixaria cair a sua própria casa, que era a casa de seu pai.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, disse que inicialmente ia passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e posteriormente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa, os Membros da Mesa, os Senhores Deputados, os colegas do Executivo, os funcionários do



Município e o público presente. Referiu que, iria responder de forma objetiva às questões colocadas pelo Município João Mendes dos Santos Brás, embora reconhecesse que o cenário era muito mais vasto. Começou por manifestar solidariedade para com o Município, reconhecendo que, como muitos Alvaiazerenses, foi afetado pela catástrofe e viu a sua casa devastada. Explicou que a Proteção Civil e os Serviços de Ação Social do Município atuaram conforme previsto em cenário de catástrofe, criando uma zona de concentração e apoio à população, a qual funcionou de forma eficaz e tinha sido, entretanto, encerrada, uma vez que já tinha sido dada resposta a todos os desalojados. Relativamente à situação concreta ali relatada, referiu que, o Município João Mendes dos Santos Brás, por iniciativa própria, e antes de ser divulgada a possibilidade, posteriormente anunciada pelo Governo, optou por sair de casa e instalar-se numa unidade hoteleira, decisão que considerou legítima. Esclareceu que, cerca de uma semana após o início da situação, o Governo disponibilizou a possibilidade de alojamento em unidades hoteleiras, desde que estas se registassem junto do Turismo de Portugal e manifestassem interesse em participar na operação. Informou que, no Concelho de Alvaíazere, não houve conhecimento de qualquer unidade hoteleira que se tivesse registado para esse efeito, razão pela qual essa solução não tinha sido utilizada. Indicou que, apenas num caso de última hora, decorrente de uma derrocada na Pelmá, e já após o encerramento da Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP), a Câmara Municipal celebrou contrato com uma unidade hoteleira, para alojar uma pessoa, sendo essa a única situação. Referiu que, a Câmara Municipal não podia assumir os custos de alojamento em unidades hoteleiras à escolha dos Municípios, para toda a população que assim o entendesse. Reforçou que, o normativo do Governo estabelece que compete às unidades hoteleiras registarem-se para prestar esse serviço, não sendo essa uma competência do Município, embora possa auxiliar os Municípios na obtenção de informação. Sugeriu que, o Município João Mendes dos Santos Brás questionasse a unidade hoteleira onde se encontrava alojado, sobre o eventual interesse da unidade em aderir ao programa. Quanto à previsão de restabelecimento da eletricidade, afirmou tratar-se de uma das maiores preocupações do Executivo, considerando que, ultrapassada a fase mais crítica da catástrofe, o restabelecimento da energia elétrica constituía a prioridade imediata. Contudo, esclareceu que se tratava de uma área sob concessão de serviço público, sendo a responsabilidade da E-REDES, entidade que tem essa obrigação e compromisso com o Governo. Informou que, no âmbito da organização interna do Executivo, a coordenação geral ficou a seu cargo, a área habitacional sob sua responsabilidade direta, a ação social sob responsabilidade da Senhora Vice-Presidente Ana Faria, a energia sob responsabilidade do Senhor Vereador Ricardo Rosa e as comunicações sob responsabilidade do Senhor Vereador Flávio Craveiro. No que respeita aos apoios à população, afirmou que o apoio do Município é total e absoluto, mas esclareceu que não se podia substituir ao Estado. Explicou que, os apoios governamentais eram complementares aos seguros, devendo os cidadãos acionar primeiro as companhias de seguros e, só depois, recorrer aos apoios do Estado. Indicou que, mais de 95% do parque habitacional e empresarial de Alvaíazere tinha sido afetado de alguma forma, mas manifestou convicção de que o montante de dez mil euros, conjugado entre seguros

e apoios do estado, seria suficiente para resolver a maioria das situações. Demonstrou confiança de que o Concelho não ficaria em ruínas, embora, reconhecendo que o processo de recuperação exigirá tempo e esforço conjunto, para restaurar habitações, empresas, património cultural e religioso. Informou ainda que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) já se tinha deslocado ao Concelho e que, em conjunto, tinham procedido ao levantamento do património cultural e religioso, área que também merecia preocupação. As prioridades, indicou serem as primeiras habitações, e que, caso fossem suficientes para algo mais, que se avançaria. Referiu que, o processo de recuperação seria necessariamente demorado. Enumerou os mecanismos em curso: em primeiro lugar, as companhias de seguros; depois, os apoios do Estado central; em seguida, as medidas a preparar pela Câmara Municipal; e, por fim, o papel das Juntas de Freguesia, destacando o seu apoio de proximidade e dedicação incansável. Afirmou que acreditava que, naquela fase, não tivesse sido possível chegar a todas as casas, mas garantiu que ninguém tinha estado em casa a descansar; e que, se tinham descansado, teria sido muito poucas horas por noite, pois manteve contacto permanente com todos os Presidentes de Junta. Referiu que, nos primeiros dias, enquanto não existiam comunicações, as reuniões eram realizadas de três em três horas, sendo atualmente realizadas de dois em dois dias, mantendo-se o contacto diário entre todos, Juntas e Executivo. Por fim, quanto ao apoio nos pedidos de candidatura, informou que, logo após a disponibilização das plataformas, o Município de Alvaiázere e a Associação de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Alvaiázere (ADECA) mobilizaram-se para prestar esse apoio à população. Foi também esta quarta-feira dada formação a elementos das Juntas de Freguesia, garantindo apoio a quem não tinha acesso ou conhecimento para submeter candidaturas. Acrescentou que, além das Juntas, do Município de Alvaiázere e da ADECA, seria ponderado o alargamento temporário dos pontos de apoio durante o próximo mês, face ao previsível aumento dos pedidos. Concluiu afirmando que julgava ter abordado todos os temas colocados, manifestando disponibilidade para prestar algum esclarecimento adicional. ----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria, no uso da palavra, cumprimentou a Mesa, o Executivo, os colegas de bancada, as pessoas individuais, os funcionários e todos os presentes. Referiu que pretendia responder às questões colocadas pelo Município João Mendes dos Santos Brás. E que, relativamente à questão inicialmente colocada, que não lhe cabia a ele responder e que o Senhor Presidente da Câmara já o tinha feito. Relativamente à situação de ter ficado hospedado numa unidade hoteleira, referiu que, caso o Município não tivesse onde dormir naturalmente teria de arranjar solução, mas que, no seu caso concreto não existia essa necessidade uma vez que possuía uma segunda habitação, poderia tê-la utilizado. Além do mais, referiu que o Município em causa passava muito pouco tempo na Freguesia de Maçãs de Dona Maria, referindo que apenas ali ia pontualmente.-----

-----O Município João Mendes dos Santos Brás, interrompeu o discurso do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria, questionando o que é que o facto de ter uma segunda habitação tinha a ver com o assunto em discussão.-----



-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa interveio referindo que, caso o Senhor João Mendes dos Santos Brás não se mantivesse em silêncio, teria de o mandar sair. Dizendo que tinha de respeitar o direito de quem estava a intervir para responder às questões que ele próprio tinha colocado. Recordou que o Município tinha falado durante cerca de cinco a seis minutos sem ser interrompido ou questionado e que, naquele momento, era a vez de ouvir os outros, sendo assim a democracia. -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria, no uso da palavra, agradeceu e, de seguida, referiu que pretendia responder ao Município e a todos os que o estavam a ouvi-lo, esclareceu que a Freguesia de Maçãs de D. Maria tinha tido uma reação imediata, tendo colocado duas equipas permanentemente no terreno, para visitar todas as casas da Freguesia. Como exemplo, indicou o Senhor Deputado João Luís Brás Lopes, que participou ativamente nesse contacto direto à população. Referiu que, não teve disponibilidade de ir a todas as habitações, mas que visitou algumas. Ainda assim e por coincidência, deslocou-se à casa do Município em causa, acompanhado pelo Senhor Deputado João Luís Brás Lopes, que se encontrava ao seu lado e poderia testemunhar esse facto. O Município não se encontrava em casa, pelo que lhe foi deixado na caixa do correio um folheto informativo, elaborado pela Junta de Freguesia, contendo indicações importantes, sobre onde poderiam tomar banho, onde poderiam ter rede, estabelecer contactos, locais para aquisição de materiais como telhas, entre outras informações disponibilizadas à população. -----

-----O Município João Mendes dos Santos Brás interrompeu o discurso do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria, alegando que era mentira o discurso do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria. -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria, no uso da palavra, referiu que essa era uma opinião à qual não respondia. Continuou dizendo, que o apoio tinha sido efetivamente prestado, estando a ser feito com todo o empenho possível, em prol da população. Explicou também que, estavam a fornecer roupas, salientando que, felizmente, tinham recebido muitos donativos de pessoas anónimas, associações e ranchos folclóricos que se tinham associado à iniciativa. Informou que, naquele momento, existia algum material disponível para distribuir à população, o que estava a ser feito de forma pontual e criteriosa, de modo a evitar qualquer tipo de aproveitamento da situação. Mencionou que já tinha conversado com a Senhora Vice-Presidente da Câmara, no sentido de, depois da situação estar ultrapassada, procederem à devolução à Câmara Municipal ou à Cruz Vermelha, de todos os bens que, eventualmente viessem a sobrar. Referiu que, aquela era a resposta que dava ao Município João Mendes dos Santos Brás, reafirmando que tinha havido, efetivamente, um empenho real da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria, tinham estado duas equipas permanentes de voluntários a percorrer o local e em determinados momentos, tinham chegado a ser três equipas. Pelo que, não correspondia à verdade o que o Município João Luís dos Santos Brás tinha mencionado, e que haviam muitas pessoas que sabiam disso, tendo ali um colega de bancada da Assembleia de Freguesia que

também poderia testemunhar e que, embora pertencesse à bancada do PS, era uma pessoa séria e que certamente confirmava as suas palavras. Concluiu agradecendo.-----

-----O Senhor Deputado João Luís Brás Lopes, solicitou a palavra, a qual lhe foi concedida, e no uso da mesma, referiu que, relativamente ao que tinha sido mencionado pelo Senhor João Mendes dos Santos Brás e complementando o que já fora esclarecido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria, confirmou ter feito parte das equipas que estiveram no terreno, percorrendo as localidades da Freguesia. Inclusivamente, encontrou a esposa do Senhor Presidente da Mesa na localidade de Casal, numa casa que tinha ido visitar. Afirmou que poderia provar o que fizera através de fotografias e de mensagens escritas, que enviara a um elemento interlocutor do Exército, acrescentando que a prova de que tinham estado no terreno existia e que, caso lhe fosse solicitado, poderia demonstrar essa comunicação efetuada, via WhatsApp. Não correspondia à verdade afirmar-se que o local não tinha sido visitado e no caso em questão, estivera lá, com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria, tendo, inclusivamente, com o Senhor Presidente da Junta regressado ao local esta semana, pela segunda vez, e que novamente, o Múncipe não se encontrava em casa. Se não estava, não podia afirmar que não tinham lá estado, admitindo que tal podia ter sucedido também com outras pessoas que, por não estarem presentes no momento da visita, podiam eventualmente considerar que a visita não ocorrera, mas isso, não era verdade.-----

-----O Múncipe João Mendes dos Santos Brás, interrompeu o discurso do Senhor Deputado João Luís Brás Lope. Fê-lo sem utilizar o microfone e sem que a sua intervenção fosse totalmente perceptível. Ainda assim, foi possível apurar que chamou de: "mentiroso" ao Senhor Deputado João Luís Brás Lopes.-----

-----O Senhor Deputado João Luís Brás Lopes, disse que não era ele que estava a mentir e que, certamente, teria encontrado o folheto na sua caixa do correio, acrescentando que fora ele próprio quem o colocara lá.-----

-----O Múncipe João Mendes dos Santos Brás interrompeu a intervenção, sem recurso a microfone, não tendo sido a sua participação totalmente perceptível. Contudo, foi possível perceber que afirmou não admitir que se faltasse à verdade, referindo que estivera no local durante toda a semana e que podia garantir que ali não se deslocara ninguém, nem se encontrava qualquer folheto na caixa do correio.-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa interveio, afirmando que o Múncipe João Mendes dos Santos Brás poderia estar em casa e, por algum motivo, não ter podido atender. Acrescentou que não lhe ficava bem chamar mentirosos ao Senhor Deputado João Luís Brás Lopes, assim como ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria.-----

-----O Múncipe João Mendes dos Santos Brás continuou afirmando que eram mentirosos.-----

-----De seguida, houve algum discurso, por parte do Múncipe João Mendes dos Santos Brás e de alguns Senhores Deputados, realizado sem recurso a microfone, o que tornou o discurso impercetível.-----



-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa interveio, dirigindo-se ao Município João Mendes dos Santos Brás, referindo que o seu assunto se encontrava esclarecido e que as informações por si pretendidas já tinham sido prestadas e caso desejasse obter informações adicionais, deveria formalizá-las por escrito, dando-se por encerrado o período de debate. Acrescentou que as questões de natureza pessoal existentes entre o Município João Mendes dos Santos Brás e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria deveriam ser resolvidas noutra instância, considerando-se que, em termos de debate democrático a situação estava clarificada, uma vez que o Município tivera oportunidade de expor a sua opinião, apresentar o seu pedido de esclarecimento e colocar questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo-lhe sido explicado, o que já fora realizado, bem como, o que estava previsto. Foi, então, declarado que não haveria mais possibilidade de intervenção sobre aquele assunto, dando, o Senhor Presidente da Mesa o mesmo como encerrado e agradecendo ao Município João Mendes dos Santos Brás a sua presença, informando que o mesmo poderia permanecer e assistir à restante sessão, por se tratar de uma sessão ordinária pública. -----

-----O Senhor Vereador Francisco Agostinho Maria Gomes solicitou o uso da palavra, ao que o Senhor Presidente da Mesa informou que não lha poderia conceder, esclarecendo que, apenas poderia usar da palavra caso o Senhor Presidente da Câmara Municipal o indicasse para o efeito. Não havendo essa autorização, não lhe podia ser concedida a palavra, uma vez que os Senhores Vereadores não eram Deputados Municipais nem Membros da Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra e, no uso da mesma, referiu que, naquele momento, não considerava fazer sentido que alguns dos Senhores Vereadores utilizassem da palavra. -----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa, deu a questão como esclarecida. E, prosseguiu na Ordem de Trabalhos, passando ao Período da Ordem do Dia. -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----**

#### **Ponto 1 - Informação escrita do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município, bem como da situação financeira, para cumprimento do disposto na alínea y) do n.º 1 do art.º 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação**

-----Foi presente, na sessão, a informação n.º 2121, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a atividade do Município, bem como da situação financeira, para cumprimento do disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, remetida previamente aos Senhores Deputados. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, colocou o assunto à discussão dos Senhores Deputados, não tendo registado qualquer inscrição. -----

-----A Assembleia tomou conhecimento da informação escrita. -----

-----A informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, dá-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcrita na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma devidamente rubricada pelos Membros da Mesa desta Assembleia Municipal. -----

-----Ausentou-se, da sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de D. Maria, Eduardo Laranjeira Craveiro (Partido Social Democrata), não tendo participado na discussão e votação do ponto seguinte.-----

**Ponto 2 – Primeira Alteração Orçamental Modificativa – 2026**-----

----- Foi presente, na sessão, o despacho n.º 1710 exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e documentação anexa, referente à Primeira Alteração Orçamental Modificativa de 2026, previamente remetida aos Senhores Deputados. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, deu conhecimento de que a presente proposta de alteração orçamental modificativa (revisão), surgiu num contexto absolutamente excecional, em resultado da tempestade Kristin, ocorrida no final do mês de janeiro, que tinha provocado danos de elevada gravidade, em infraestruturas públicas e privadas, equipamentos municipais, habitações, redes viárias e serviços essenciais, tendo o Governo declarado a situação de calamidade, nalguns Municípios, inclusivamente em Alvaiázere, através da resolução do Conselho de Ministros, e assim, o Município tinha procedido à ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. Seguidamente, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que pudesse prestar o seu esclarecimento.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que se tratava de uma revisão orçamental realizada no período obrigatório, mês de fevereiro da Assembleia Municipal, acrescentando que, essencialmente, haviam duas grandes situações a considerar. Referiu que, a primeira situação consistia na inclusão do saldo de gerência, explicando que a incorporação desse saldo permitiria desenvolver as atividades que tinham sido aprovadas no orçamento. E que, a segunda situação dizia respeito, conforme já tinha sido publicitado, ao facto da Câmara Municipal, ter deliberado em reunião, na passada sexta-feira, por unanimidade, cativar o valor de meio milhão de euros, para o fundo de emergência municipal, destinando-se, neste caso em particular, aos danos provocados pela tempestade Kristin. Referiu ser importante esclarecer que, naquele momento, e tendo em conta que a regulamentação existente, em termos de fundos de emergência, estava muito direcionada para a questão dos incêndios florestais e não se aplicava à matéria em questão, pelo que, o valor agora cativo era exclusivamente para situações relacionadas com a tempestade. Referiu que iria ser iniciado o processo administrativo de regulamentação do fundo, explicando que, caso a revisão orçamental fosse aprovada naquela Assembleia, a Câmara Municipal estaria em condições de iniciar o processo, que incluiria a audição de interessados, a proposta de regulamento e a realização de uma consulta pública. Salientou ser muito importante que, durante esse período de consulta, todos comunicassem e dialogassem com as pessoas, uma vez que, a proposta de regulamento a ser apresentada seria, muito provavelmente, a que a Câmara Municipal, em conjunto com os serviços, considerasse mais adequada. Acrescentou que, só nessa altura é que seria possível avaliar se o fundo apoiaria



segundas habitações, primeiras habitações, emigrantes, apoio a idosos ou outras ações sociais. Referiu ainda que, nesse regulamento, seria decidido como iria funcionar aquele apoio. Reforçou que havia a noção de que existiam situações que não eram abrangidas, nem pelos seguros nem pelos apoios do Estado e que, por isso, tinha sido tomada a decisão de propor à Assembleia Municipal a aprovação daquela alteração orçamental. Explicou que, o montante previsto era de meio milhão de euros, um valor considerado significativo para um Município como o de Alvaiázere, que dispunha de um orçamento total de vinte milhões de euros. Ainda que, esse valor poderia vir a ser reforçado, caso se entendesse que existiam situações não abrangidas e que necessitavam efetivamente de apoio. Assim, foi feito um apelo a todos para que, durante a fase de consulta pública, apresentassem propostas e sugestões, considerando-se que, só dessa forma, seria possível alcançar um regulamento mais justo e mais equitativo para os Alvaiazerenses. Referiu que, aquelas eram as principais notas a destacar, sendo que, o restante dizia respeito a alocações correntes, que poderiam ser debatidas, caso surgissem dúvidas. Foi ainda mencionado que os serviços financeiros se encontravam disponíveis para prestar esclarecimentos técnicos, sobre questões que viessem a ser colocadas. Finalizou, agradecendo a todos. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, referiu que aquela revisão orçamental tinha como um dos pontos fundamentais a criação de um fundo de apoio, destinado a responder à situação crítica que se tinha vivido, que ainda se fazia sentir e que, por muitos Alvaiazerenses, infelizmente, se sentiria por mais algum tempo. De acordo com a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, o fundo teria o valor de meio milhão de euros, sendo necessário elaborar o respetivo regulamento, que seria posteriormente apreciado pelo Executivo e, depois, submetido à aprovação da Assembleia Municipal e com certamente a oportunidade futura de se pronunciarem sobre o assunto. Considerou que se tratava de uma boa notícia, representando um esforço significativo por parte do Município, e salientou que todos deveriam estar conscientes de que era um esforço que merecia apoio. Destacou que, essa decisão demonstrava a preocupação dos Autarcas com a situação vivida, sublinhando o facto de a alteração ter sido aprovada por unanimidade na reunião de Câmara Municipal. Seguidamente, colocou o assunto à discussão dos Senhores Deputados, tendo-se inscrito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro, a quem foi concedida a palavra. -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro, no uso da palavra, começou por dizer que considerava o montante de quinhentos mil euros um valor insuficiente e que, na sua opinião, esse montante deveria ser aumentado. Dizendo que, em primeiro lugar, se deveria começar de imediato, enquanto ainda havia memória da situação, pois depois essa memória acabava por se perder. As primeiras instituições a receber o apoio, deveriam ser aquelas para onde o dinheiro deveria ser encaminhado de imediato, já devidamente estipulado. Defendeu que fosse atribuído um gerador de dez a quinze kVA a cada Junta de Freguesia e comunicação via satélite, para se estar devidamente prevenido/ preparado para que, caso voltasse a ocorrer a mesma catástrofe e ficassem novamente sem comunicações, estivessem prevenidos. Apelando a que, se pensasse seriamente na prevenção. Deu o exemplo de que, no ano de dois mil e doze,



no Concelho de Ferreira do Zêzere, tinha acontecido algo parecido e que, não tinham aprendendo nada com a situação! Que o Concelho de Ferreira do Zêzere estava naquele momento, pior que o Concelho de Alvaiázere. Reforçou que, todos os que estavam dentro daquela sala pensassem, de uma vez por todas, na prevenção. A aquisição de um gerador para cada Junta de Freguesia e com comunicações via satélite, de modo a que ficassem com ligação à Câmara Municipal, evitando assim a situação ocorrida, pois, nos primeiros dias, tinha-se verificado alguma desordem! Reafirmou que, considerava que, quinhentos mil euros eram insuficientes e que essa verba já deveria contemplar a prevenção. Finalizou dizendo que, se todos os Membros da oposição dissessem que aquilo era mentira, então pedia desculpa e admitiria que podia ser ele a estar errado. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra, a qual lhe foi concedida, e, no uso da mesma, disse que, efetivamente, tinham aprendido, infelizmente, com cada tragédia que os ia assolando, fossem os incêndios ou os temporais, e que, no que dizia respeito à questão dos geradores nas Juntas de Freguesia, considerava que era óbvio que tinham de existir. Referiu que essa tinha sido a primeira lição aprendida logo no primeiro dia e que era necessário garantir, não só às Juntas de Freguesia, mas também, a outras entidades, autonomia energética e de comunicações. Com certeza, esse seria um tema a explorar. E que acreditava, pelas conversas que tinha mantido com Membros do Governo, que essa medida seria financiada a curto prazo, por isso, considerava que não deveriam precipitar-se a gastar já dinheiro nisso. Mas fazia todo o sentido que as Juntas de Freguesia dispusessem de um gerador, defendendo que não era aceitável que não o tivessem. Relativamente às comunicações, informou que já tinham instalado um comunicador por satélite, um Starlink, em cada Junta de Freguesia, e que esses equipamentos não seriam retirados sendo a Câmara Municipal a assumir as respetivas mensalidades. -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro voltou a solicitar a palavra, a qual lhe foi concedida, e, no uso da mesma, agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Explicou que, só tinha abordado aquele assunto porque, daqui a um tempo, o Senhor Presidente da Câmara poderia incluir no orçamento o endividamento do Concelho, e que, isso gerava vozes e conversas, o que lhe fazia diferença nos ouvidos, e, esse endividamento implicava custos para a Câmara Municipal, por isso, estava a trazer o assunto à discussão, aproveitando o facto de ainda estar fresco na memória. Referiu que, embora agora o tema fosse outro, toda a gente já tinha esquecido a questão dos incêndios, deixando as pessoas com os problemas decorrentes. Continuava a não se limpar estradas florestais, porque não se podia cortar uma árvore, o que tinha deixado muitas pessoas sem habitação, uma vez que as árvores estavam próximas das casas e a legislação não permitia a sua remoção. Referiu que já lhe tinha acontecido esperar cinco meses por uma licença e que, caso esta tivesse sido concedida atempadamente, várias habitações não teriam sido prejudicadas. Afirmou que, se tinha de apostar na prevenção, citando uma frase do seu avô: "As desculpas não se pedem, evitam-se". Quando disse que os quinhentos mil euros eram pouco, era para que, daqui a algum tempo não dissessem que se tinha gasto o dinheiro e que a dívida da Câmara Municipal estava a aumentar, quando era para



o bem de todos. Prosseguiu dizendo que, há três semanas que andava a ajudar toda a gente, de alma e coração, e por gosto próprio. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçãs de Dona Maria, poderia confirmar o estado da sua casa, tendo prejuízos entre oitenta mil e cem mil euros. Mas a Freguesia de onde era Presidente de Junta, Pussos São Pedro, tinha estado para ele em primeiro lugar. Disse que, tinha pago vinte e cinco mil euros, por um armazém que o vento tinha destruído completamente e que, ainda assim, ninguém o tinha ouvido reclamar. Em Maçãs de D. Maria, onde reside, não havia luz, e que não o ouviam queixar-se. Nem mesmo no *briefing*, em que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha estado presente ele se tinha queixado. Perdeu uma arca frigorífica, que tinha ficado danificada, devido à destruição do telhado, mas que, mesmo assim, tinha ajudado os outros, sem nunca reclamar, pelo que lhe custa ver pessoas em Sessão de Assembleia Municipal reclamar por questões que considerava menores, afirmando que estava cansado e farto da situação! Apelando a que, de uma vez por todas, quando viessem à Sessão da Assembleia Municipal e tomassem a palavra, pensassem bem no que estavam a dizer, sublinhando que estava há três semanas a trabalhar, sem receber nada por isso.

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu e afirmou que, cada um fazia os seus desabafos e tinha os seus problemas, acrescentando que, evidentemente, era necessário admitir que a situação não era fácil! Referiu que, a sua situação não era muito diferente da descrita pelo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro, pois, havia dezassete dias também que não tinha luz. Mas, comentou que nem tudo era negativo e fez uma digressão pessoal, recordando os velhos tempos em que vinha a Portugal, na época do Salazar. Referiu que se lembrava de passar as noites em família, até à meia-noite, junto à lareira, enquanto o seu avô contava histórias sobre o Alentejo e Lisboa, explicando que o seu avô era Carpinteiro e tinha sido colega do fadista Alfredo Marceneiro, chegando até a cantar alguns dos seus fados. Explicou que, essas experiências tinham sido interessantes porque, vindo de Moçambique, onde já havia luz e água canalizada, na cidade de Lourenço Marques, que considerava uma cidade maravilhosa, conseguiu conhecer melhor o seu avô e as raízes da sua família. Se fosse hoje criança, provavelmente, estaria a ver televisão ou a jogar no iPad, sem conviver com o seu avô, e que, nesse caso, não teria essas boas memórias do seu avô. Referiu que, desta vez, também tinha aproveitado a situação para voltar a acender a lareira da sala, que já não utilizava há mais de vinte anos, passando este tempo à lareira com a sua mulher. Disse que isso o levou a recordar momentos da sua vida, o que já tinha vivido na Freguesia de Maçãs de D. Maria, o que a terra tinha sido e o que era então, bem como, tudo o que se tinha feito depois do vinte cinco de abril, reconhecendo que se tinha feito muito, mas que ainda havia muito por fazer. Acrescentou que acompanhava, em parte, o que tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Junta, defendendo que haviam muitas questões às quais era necessário prestar atenção no momento certo, pois, era nesse momento que se devia pensar e projetar o futuro. Referiu que, tal como tinha sido mencionado, os incêndios já tinham sido esquecidos, mas garantiu que, a partir de maio, voltariam à ordem do dia, com a mesma conversa de sempre sobre a necessidade de reabilitar e organizar a floresta. Criticou também o facto de, para cortar uma árvore, até a

Proteção Civil necessitava de autorização, podendo ficar vários meses à espera da mesma. Nesse aspeto, considerava que essas eram questões que deveriam ser debatidas no futuro, defendendo que todos teriam de aprender a conviver com aquelas situações, também a nível individual. No seu caso pessoal, na sua casa em Maçãs de D. Maria, teria de criar no futuro melhores condições de resiliência do que aquelas que tinha até então, reconhecendo que tinha vivido um pouco na ideia de que aquilo nunca pudesse acontecer. Recordou que, há quinze anos, tinha ocorrido uma situação semelhante e que, nessa altura, tinha estado uma semana sem eletricidade, mas que agora já estava há dezassete dias, sendo esta ocorrência bem mais grave e prolongada. Considerou necessário que fossem criadas outras condições e que se aprendesse, de uma vez por todas, a conviver com estas situações, investindo na prevenção, a qual, embora, não resolvesse tudo, ajudava muito, inclusive, do ponto de vista psicológico. Sendo essa força e essa solidariedade que deveriam transmitir e cultivar entre todos, defendendo que seria mais importante do que a crítica ou a atribuição de culpas, que nada resolviam nada. Sendo o essencial refletir sobre o que deveria ser feito para garantir um futuro melhor, sublinhando que era para isso que ali estavam todos, quer ao nível do Concelho, quer da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal. Não podiam deixar também de apontar aquilo que outras entidades, a outro nível, também tinham de fazer e pelo qual tinham de corresponder, considerando que o país, de facto, não estava preparado para uma situação daquela dimensão. Referiu que era importante refletir sobre isso e que, no futuro, essas situações deveriam ser tratadas com outra postura e outra atitude. Por vezes, até se sentia envergonhado e relatou uma conversa que tivera com uma vizinha Alemã, que se mostrava aborrecida por ver um gerador a funcionar enquanto continuavam sem eletricidade. Explicou-lhe que a responsabilidade não era da Câmara, mas sim da empresa fornecedora de eletricidade, a E-REDES, e que eventuais reclamações deveriam ser dirigidas a essa entidade. Aproveitando para questionar como funcionava a situação na Alemanha, à qual a vizinha lhe respondera que, apesar de também existirem crises e grandes perturbações atmosféricas, havia uma mobilização generalizada de forças armadas, soldados e equipas técnicas para o terreno, de modo a resolver rapidamente os problemas elétricos. Perante o escutado, ficou a pensar, porque motivo em Portugal os militares não poderiam desempenhar esse papel? Considerou que poderiam, mas que o problema residia na falta de articulação entre entidades. Sustentou que continuavam a existir muitas divisões e falta de cooperação, e perante uma crise daquela dimensão, ou estavam todos unidos para a ultrapassar, ou cada um puxaria para o seu lado, o que não conduziria à solução. Concluiu pedindo desculpa pelo desabafo, referindo que falara na condição de um Autarca experiente e já com idade avançada, desejando deixar aquela mensagem a todos os presentes.-----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro voltou a solicitar a palavra, a qual lhe foi concedida, e, no uso da mesma, questionou se alguém tinha refletido sobre quanto custava à Câmara Municipal a limpeza das estradas florestais? Afirmando que não chegava o valor de cem mil euros. Daí, ter referido que o valor de quinhentos mil euros era insuficiente.



Mencionou que, os problemas tinham de ser resolvidos com antecedência. Era necessário agir de imediato e que as questões deveriam ser resolvidas agora, e não daí a três ou quatro meses. ---

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa mencionou que estava de acordo com o que tinha sido referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro e certamente também era a posição da Câmara Municipal. -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro voltou a solicitar a palavra, e, no uso da mesma, reforçou que considerava o montante em causa insuficiente.-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa disse que isso ainda seria discutido. Acrescentou que iriam apelar e que a Câmara Municipal também estaria sensível à situação. Frisou que, havia uma coisa que apreciara, voltando a frisar que apreciara o facto de ter sido votado por unanimidade, em reunião de Câmara, pois isso significava que todos estavam de facto conscientes de que a questão precisava de ser vista e alterada. Afirmando que iriam apelar, e que, se houvesse possibilidades, seria sempre melhor mais dinheiro, seiscentos ou setecentos mil euros, em vez dos quinhentos mil, referindo que na altura própria, o assunto seria discutido.-----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro voltou a solicitar a palavra, a qual lhe foi concedida, e, no uso da mesma, afirmou que a Sessão da Assembleia só voltaria a ocorrer dali a dois meses, e que a situação não era para brincar. Explicou que, as estradas secundárias de terra batida eram um problema que nem a Câmara Municipal, nem as Juntas de Freguesia, tinham capacidade para resolver. Caso houvesse uma necessidade, os bombeiros, daquela forma, não conseguiriam. Concluiu dizendo que, aquele era um assunto muito sério! ---

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa disse que percebia a situação e que aquele era, de facto, um problema que também existia a nível do país: a falta de pessoas qualificadas. Disse que todos sabiam que isso era verdade e que não se resolvia de um dia para o outro. Mas, seria preciso ter essa perspetiva de resolução, embora não fosse fácil encontrar pessoas para esse tipo de trabalho. Referiu ainda que, dois dias antes, no lugar onde vive, tinha visto dois Espanhóis pendurados num poste a uma grande altura, parecendo equilibristas de circo, apesar da chuva e do vento. Contou que, ao olhar para aqueles homens, pensou que eram heróis. Eram pessoas assim que se precisava.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra a qual lhe foi concedida, e, no uso da mesma, disse que, com certeza, se tinha expressado mal. Começou por esclarecer que aquele fundo era, exclusivamente, destinado ao apoio às famílias e às empresas, nomeadamente na vertente social, na questão das habitações e na estabilização dos negócios das várias empresas. Referindo que, todas as outras situações iriam ser avaliadas e que tinham noção da dimensão do problema. Não queriam que as empresas do Concelho, que eram, na sua maioria, pequenas e microempresas, falhassem ou encerrassem, pois, caso isso acontecesse, perder-se-iam postos de trabalho, população e haveria um retrocesso de muitos anos no desenvolvimento do Concelho de Alvaiázere, o que não era suposto, teriam de avaliar cada situação, em concreto. Na questão da prevenção, iria ser realizada, tendo a Câmara Municipal já previsto um valor de cerca de cem mil euros para a limpeza das faixas de gestão de combustível. Ainda assim, seria

necessário fazer mais, pois teriam de redirecionar tudo aquilo que era a estratégia prevista para um ou dois anos, de modo a minimizar o impacto da catástrofe. Quanto à recuperação dos caminhos florestais, teria de ser feita a nível central. Mencionou que, nos incêndios de dois mil e vinte e dois, que afetaram duas Freguesias do nosso Concelho e cerca de 23% do território de Alvaiázere, tinha havido um investimento da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), de dois milhões de euros, para medidas de recuperação e estabilização. Acreditava que, numa situação como a atual, o valor seria superior, pois, se para duas Freguesias foram necessários dois milhões de euros, para todo o Concelho numa situação muito mais vasta, seriam necessários, pelo menos, cinco milhões de euros, e a Câmara Municipal, com certeza, não teria capacidade financeira para suportar esse valor. Disse que, o processo estava ainda a decorrer, que a APA estava naquele momento, muito focada, nos problemas que estavam a ocorrer com as cheias do Baixo Mondego, como podiam ver na televisão. Mas, posteriormente, iriam realizar esse trabalho e procurar captar fundos para responder à situação. Disse também que, caso fosse necessário, estariam disponíveis para intervir, felizmente, o Município de Alvaiázere tinha condições financeiras para se endividar, para essa e para outras situações. Não iriam deixar de apoiar os Alvaiazerenses. Acrescentou que, os quinhentos mil euros tinham sido reservados, especificamente, para apoiar as famílias e as empresas, sem descurar as obrigações de investimento noutras áreas. Deu o exemplo, de que equipamentos como geradores ou telefones satélites, caso entregues às Juntas de Freguesia, não seriam pagos com esse valor. Referiu também que, estavam a estudar com a APIN, uma forma de ressarcir os prejuízos que as pessoas tinham tido, explicando que, existia uma proposta que iria ser debatida. Referiu que, iriam devolver aos Municípios, cerca de dezasseis mil euros, na fatura da água, esclarecendo que, esse valor, também não sairia dos quinhentos mil euros previstos. Voltando a frisar que, os quinhentos mil euros, eram, exclusivamente, para a recuperação das famílias e das empresas. Para recuperar o Concelho, necessitariam de um valor muito maior, em que todos teriam de se envolver, fazendo esse esforço. Sendo a medida adicional às responsabilidades das seguradoras e aos apoios do governo central, como já tinha sido mencionado. Frisou que, a Câmara Municipal tinha entendido que era necessário fazer um esforço extra, para ajudar a população, principalmente, os mais vulneráveis e as empresas mais fragilizadas, de forma a não correr o risco de perder empresas, nem de deixar desamparadas as pessoas em situação mais vulnerável, sem o apoio digno merecido. Referiu que, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pussos São Pedro era uma pessoa com um coração enorme, e que ele sabia disso. Esclareceu que o regulamento, como já mencionado, seria muito específico, focado nos mais vulneráveis e nas empresas em situação crítica, cujo negócio tenha sido, efetivamente, prejudicado pela situação da catástrofe/ temporal, do passado dia vinte e oito de janeiro. -----

-----Após análise da documentação, a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade: -----  
Aprovar a 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão), a qual contempla, um aumento do orçamento da receita e da despesa em 3.665.797,46 € (três milhões, seiscentos e sessenta e



cinco mil, setecentos e noventa e sete euros e quarenta e seis cêntimos), devidamente identificados no despacho e documentação presente à sessão, bem como a plurianualidade da mesma, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e o artigo 20.º das normas de execução do orçamento municipal para o corrente ano de 2026. -----

-----O despacho n.º 1710, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e a restante documentação relativa à Primeira Alteração Orçamental Modificativa de 2026, dão-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcritos na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar devidamente rubricado pelos Membros da Mesa desta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tornando-se assim desde logo eficaz. -----

**APROVAÇÃO EM MINUTA:** - De acordo com o n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, para efeitos imediatos, a presente ata. -----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e pediu desculpa, por algo que pudesse ter corrido menos bem, salientando que estavam a atravessar um momento difícil e com os “nervos à flor da pele”, devido à tempestade Kristin. Referiu que, as imagens eram chocantes e mostravam a devastação causada, mencionando também as cheias, que estavam a ocorrer, um pouco por todo o país. Comentou que, todos esses fatores deixavam as pessoas nervosas. Disse também que, por vezes, pensava que aquilo se assemelhava aos mísseis que o Presidente da Rússia, o Senhor Putin, enviava para a Ucrânia, explicando que, no fundo, parecia uma guerra e que todos partilhavam esse sentimento, o que levava, às vezes, a reagir de maneira mais instintiva, de “coração na boca”. Desejou que o fim de semana fosse mais calmo e que a situação fosse sempre a melhorar, acrescentando um voto de que Deus os iluminasse. Referiu que, face ao esforço ter sido grande e a reunião não ter sido fácil, que a Senhora Primeira Secretária lhe tinha sugerido encerrar a sessão, com uma salva de palmas, para todos, Presidente da Câmara Municipal e respetiva equipa, Presidentes das nossas Juntas de Freguesia e respetivas equipas, Proteção Civil, Bombeiros, Funcionários da Câmara e das Juntas de Freguesia, todos os representantes públicos e anónimos, que fizeram questão de ajudar. Porque no meio dessa catástrofe, que assolou 95% do nosso território, era importante agradecer a todos, o espírito de união e entreajuda que se tinha vivido, ainda que, tivéssemos plena consciência que, para os envolvidos, mais diretamente, essa situação tinha representado um desafio difícil, um enorme esforço pessoal e uma entrega total, mas todos tinham correspondido. Concluiu afirmando que, naquela situação, não haviam partidos, mas sim pessoas.

-----Após a salva de palmas, o Senhor Presidente da Mesa encerrou a sessão da Assembleia



Municipal, às dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Mesa,

(Carlos Manuel Rosa da Graça)

A Primeira Secretária,

(Sandrina Marques Pais Pedrosa)

O Segundo Secretário,

(António Simões Ribeiro)



